



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO**

**Comissão de Gestão de Florestas Públicas - CGFLOP
18 de junho de 2009**

Ata - 17ª Reunião Ordinária

Às 10:00h do dia 18 de junho de 2009, no Edifício Sede do CENAFLOP, em Brasília, Capital Federal, deu-se início a 17ª Reunião Ordinária da Comissão de Gestão de Florestas Públicas (CGFLOP), presidida pelo Diretor-Geral do Serviço Florestal Brasileiro, Antônio Carlos Hummel.

1. Abertura

Antônio Hummel (SFB) abriu a reunião e realçou a importância pessoal do encontro, já que era a primeira vez que participava na qualidade de Diretor-Geral do Serviço Florestal Brasileiro. Solicitou aos membros que compunham a mesa que se apresentassem.

Em seguida, falou que o Serviço Florestal já apresenta em seu quadro funcional uma nova turma de servidores temporários e que a Unidade Regional do Nordeste havia sido criada:

Hummel solicitou a aprovação da agenda da reunião que abordou os seguintes tópicos:

1. Estrutura do Plano Anual de Outorga Florestal - 2010
2. Informe a respeito do edital de licitação da FLONA Saracá-Taquera
3. Informe sobre a Política Nacional de Fomento ao Manejo Florestal Comunitário e Familiar

Hummel propôs que a reunião se entendesse até às 13 horas de forma a ser concluída antes do período de almoço.

Kleber dos Santos (MAPA) informou que não havia recebido a ata com antecedência e naquele momento, verificava que uma série de proposições do Ministério não haviam sido inseridas. Hummel propôs que a ata fosse aprovada com o compromisso de inclusão das observações feitas pelo MAPA, a ser enviadas posteriormente por e-mail.

Hummel pediu que a Diretora do Serviço Florestal Brasileiro, Thaís Juvenal, fizesse a apresentação relacionada com o tema 1 de pauta, estrutura do Plano Anual de Outorga Florestal 2010.

2. Tema de Pauta 1 - Estrutura do Plano Anual de Outorga Florestal – 2010

Thaís Juvenal (SFB) iniciou a apresentação da minuta do PAOF esclarecendo os principais pontos da Lei de Gestão de Florestas Públicas que delimitam o assunto. Thaís também explicou qual o trâmite da produção do PAOF e as principais funções do documento.

Thaís explicou como funcionam os filtros para a seleção das florestas presentes no PAOF e apresentou o mapa ilustrando o conjunto das Florestas Públicas Nacionais que serviram de base para a elaboração do Plano. Procedendo todas as exclusões, chegou-se a um total de áreas passíveis para concessão em 2010 de aproximadamente 8 milhões e 900 mil hectares.

Nem todas as florestas estão com previsão de concessão para manejo florestal madeireiro, algumas delas têm também possibilidade de manejo florestal não madeireiro. Nas FLONAS da Região Sul, algumas delas também reúnem condições para o manejo florestal madeireiro de florestas plantadas.

Thaís encerrou dizendo que algumas considerações do PAOF anterior foram retiradas visando garantir que o processo tenha atratividade e tenha escala econômica compatível com a atividade florestal. Em seguida, abriu a palavra para discussão.

Pedro Madruga (SBEF) questionou se as Flonas do Rio Grande do Sul seriam concedidas apenas para uso das espécies exóticas.

Jorge Yared (SBPC) observou que dois quadros do PAOF apresentavam números divergentes quanto às florestas passíveis de concessão. Argumentou que seria interessante se o PAOF ressaltasse o Pacto Pela Madeira Legal e apresentasse um quadro de evolução das áreas passíveis de concessão. Jorge também disse que os dados referentes à produção madeireira e ao número de pólos estavam defasados. Por fim, questionou a razão da não inclusão das florestas estaduais no PAOF e quis saber a que órgãos o PAOF deve ser submetido e a ordem e que deve ser observada para as eventuais aprovações.

Thaís Juvenal (SFB) explicou que a inconsistência de dados referia-se à área da Flona do Jamari que apesar de constar como floresta pública passível de concessão, não figurava na lista de florestas, uma vez que a mesma já se encontra em sob concessão. A versão final do PAOF apresentará a informação devidamente esclarecida. Explicou que o Serviço Florestal já contratou um novo estudo de pólos e de preços do setor florestal e que os estados têm até 30 de junho para incorporarem seus PAOF's ao nacional. Quanto à aprovação do PAOF, cabe ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, a Secretaria do Patrimônio da União e ao Conselho de Defesa Nacional, manifestações de caráter restritivo a proposta de PAOF. A CGFLOP tem papel consultivo neste processo.

Fani Mamede (CONTAG) explanou que as famílias que vivem dentro de áreas concedidas são impactadas, independentes de haver um recorte da área que elas residam, porque utilizam uma grande área da Flona para atividades produtivas. Acredita que talvez seja uma boa idéia não considerar as dimensões de Flonas já delimitadas, pois apesar de ser mais cômodo o trabalho, impacta negativamente as famílias que habitam a área.

Rubens Gomes (Fórum Brasileiro de ONGs) complementou a fala da Fani dizendo que é importante o trabalho de levantamento das comunidades indígenas e quilombolas. Propõe que haja uma aproximação com a Funai para a busca desses dados.

Thaís Juvenal (SFB) esclareceu que o Serviço Florestal gasta pelo menos 70% das suas energias no trabalho de identificar as comunidades, verificar qual é o impacto para as comunidades locais e tenta melhorar as condições socioeconômicas das comunidades. Thaís recordou que a concessão de Saracá-Taquera foi um grande aprendizado e foi muito importante ter, pela primeira vez, um órgão público como o Serviço Florestal participando do processo.

Leonel Pereira (MDA) reforçou a idéia de que é importante que haja um mapa das comunidades tradicionais indígenas.

Cássio (MDA) questionou a possibilidade de o PAOF contar com maior participação das comunidades que estão nas Flonas passíveis de concessão. Realçou que as comunidades precisam ser atores nesse processo de decisão de elaboração do PAOF, principalmente quanto ao público dos agricultores familiares, seja população tradicional, indígena, não indígena, quilombola ou agricultores familiares que estão na área há muito tempo.

Antônio Hummel (SFB) concordou que é válida para o próximo PAOF uma melhor explicação sobre a participação das comunidades na elaboração do PAOF. As consultas públicas fazem parte dos processos que antecedem não só a elaboração do PAOF, mas também as concessões.

Thaís Juvenal (SFB) esclareceu que a participação das comunidades é feita em vários momentos. Primeiro é feita através desse levantamento permanente, dessa aproximação com as comunidades. O Serviço Florestal tem trabalhado para localizar essas comunidades e avaliar as áreas de entorno. Formalmente, no caso do PAOF, é feita também através de consultas públicas, apesar de não ser obrigatório por lei.

Ricardo Melamed (MCT) questionou se há critérios de priorização para a definição de áreas para concessões.

Thaís Juvenal (SFB) explicou que há uma orientação estratégica na priorização das áreas para concessões florestais. Então, para se chegar ao objetivo de se realizar uma concessão onerosa numa determinada área existem inúmeros fatores que determinam que essa concessão seja feita, como: o tempo para se realizar, a capacidade de produção de uma área e etc. Há, também, avaliações objetivas sobre a

urgência dessas áreas, tais como o asfaltamento de uma BR.

Ricardo Melamed (MCT) disse considerar bastante importante a tomada de decisões estratégicas de inclusão acelerada de áreas florestais no mapa do PAOF e lembrou que a inserção de áreas em litígios na concessão de Saracá-Taquera significou um problema.

Antônio Hummel (SFB) complementou o assunto informando que em março o Serviço Florestal firmou um acordo de cooperação com o Instituto Chico Mendes para definir as prioridades e ter um trabalho conjunto permanente. É uma forma do PAOF ser otimizado.

Rubens Gomes (FBOMS) lembrou também que, no caso das áreas em litígio de Saracá-Taquera, o poder de veto funcionou.

Leonardo Sobral (FBOMS) questionou a possibilidade de o PAOF apresentar mais informações qualitativas que indicassem as áreas prioritárias de concessão e se há previsão de revisão das categorias de unidades de manejo (pequena e média).

Thaís Juvenal (SFB) respondeu que uma das coisas que será avaliada para fins de incorporação é o grau de maturidade das Flonas para que venham a ser objetos de concessão. Disse ainda que o plano de manejo é uma das ferramentas fundamentais para se definir quais áreas devem ser concedidas. A divisão das concessões em categorias é uma exigência da lei. Os tamanhos das áreas definidos por estas categorias serão discutidos.

Coronel Gustavo Abreu (MD) explanou sobre as funções do Conselho de Defesa Nacional e disse que o órgão não tem tendência excludente. Elogiou o Serviço Florestal e demais envolvidos na produção do PAOF por se tratar de um documento que costuma chegar ao CDN de forma clara e sem entraves para a aprovação. Sugeriu que demais entidades responsáveis pela aprovação do PAOF comparecessem à reunião para explicar como se dá o processo de análise do documento.

Thaís Juvenal (SFB) fez um aparte para dizer que o fato do PAOF excluir áreas remotas se deve ao fato das concessões serem onerosas e precisarem apresentar atratividade econômica.

Rubens Gomes (FBOMS) demonstrou indignação pelo fato de algumas áreas de concessões serem privilegiadas por questões políticas. Também se manifestou contra a ausência do ICMBIO na reunião. Rubens sugeriu que alguém da Casa Civil compusesse a Comissão.

Fani Mamede (Contag) desejou que fosse apresentada no PAOF a exclusão dos assentamentos e dos projetos de assentamentos da Reforma Agrária das áreas de concessão florestal.

Rita Conde (Incra) disse achar importante que sejam inseridos os critérios de desmatamento, os locais que estão os focos do desmatamento, como é que foram os critérios do MDA para começar a regularização fundiária na Amazônia e convidar o MDA para fazer uma exposição de como se dará a regularização na Amazônia. Sugeriu que o Incra fosse rotineiramente consultado quanto às concessões florestais.

Antônio Hummel (SFB) ressaltou que fez esforços para que o ICMBio estivesse presente. Registrou em ata a ausência do ICMBIO. Hummel disse que irá buscar uma maior aproximação com o MDA e que nenhuma área não destinada será passível de concessão. Em seguida agradeceu as sugestões e ressaltou que foram muito úteis. Como o PAOF está em fase de aprendizado, muitas das sugestões serão colocadas em prática na elaboração dos próximos documentos. Não havendo mais manifestação sobre a proposta do PAOF 2010, Hummel concluiu que a etapa de consulta à CGFLOP estava cumprida em acordo com a Lei 11.284.

3. **Informes - Edital de licitação de concessão florestal da FLONA Saracá-Taquera**

Carlos Hummel (SFB) deu sequência à pauta da reunião e anunciou a existência de dois informes. O primeiro informe tratou do edital de licitação de concessão florestal da Flona Saracá-Taquera, que havia sido lançado há 10 dias da ocasião da reunião e continha prazo de 45 dias para a apresentação de propostas.

Rubens Gomes (FBOMS) colocou à disposição o FBOMS e a Contag para acompanhar as

audiências públicas que se referem a licitação de Saracá-Taquera e questionou como está o processo da demarcação das áreas quilombolas da região.

Antônio Hummel (SFB) disse que o Serviço Florestal está preparando um acordo de cooperação com o INCRA para agilizar uma série de pontos importantes. Deverá ser reagendada uma reunião com o INCRA para tratar do assunto, uma vez que a reunião inicialmente prevista não pode ser realizada em função da discussão da MP 458.

4. Informes – Publicação do Decreto 6.874 de 5 de junho de 2009

Antônio Hummel (SFB) explanou que o outro informe se relaciona com a publicação do Decreto 6.874 de 5 de junho de 2009, que instituiu no âmbito do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério do Desenvolvimento Agrário o Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar. Ressaltou que a elaboração do decreto demandou um grande esforço e agradeceu a todos os envolvidos, explicou o trâmite que o projeto teve desde o início de sua elaboração até a aprovação final. O decreto atribui ao Serviço Florestal a responsabilidade de construir um plano anual, juntamente com o MDA. Uma agenda com o MDA está prevista para o próximo dia 22 com o objetivo de iniciar o processo de construção do plano. O Serviço Florestal dedicará grande parte do seu esforço na implementação desse decreto, contudo essa deve ser uma responsabilidade com os diferentes atores envolvidos com o tema do manejo florestal comunitário.

Rubens Gomes (FBOMS) fez algumas considerações contrárias a certas alterações que o decreto recebeu comparado com o texto inicial. Solicitou ainda que a Gerência de Florestas Comunitárias faça um plano de trabalho até 2010 e questionou a possibilidade de se ter uma Instrução Normativa capaz de agilizar a análise e aprovação de planos de manejo florestal comunitários. Ele acredita que o momento é favorável para trabalhar em prol da questão do manejo florestal comunitário, iniciando os trabalhos do Grupo de Trabalho, envolvendo pessoas e setores interessados na implementação de uma cultura do manejo comunitário.

Fani Mamede (Contag) concordou com Rubens Gomes sobre a importância do Decreto 6.874 e avalia que, se possível, o Decreto deveria ser transformado em Lei. Fani questionou o Serviço Florestal sobre como será a participação da Contag na elaboração do Plano Nacional de Manejo Florestal Comunitário e Familiar.

Antônio Hummel (SFB) fez questão de registrar a presença do ABEMA e passou a palavra à gerente de Florestas Comunitárias, Márcia Muchagata, para que respondesse ao questionamentos.

Márcia Muchagata (SFB) explicou que o MDA foi colocado como coordenador da política de florestas públicas, o que agrada muito o Serviço Florestal. Enalteceu a importância da participação da sociedade civil na implementação de um programa e de uma política para o manejo florestal comunitário. O Serviço Florestal tem uma reunião agendada com o MDA para discutir o formato do Comitê Gestor e as etapas de implementação do Plano. O Serviço Florestal já contratou diversos estudos que subsidiarão o Plano Nacional de Manejo Florestal Comunitário e Familiar a ser definido em parceria com o MDA.

Rita Condé (Incra) registrou o entendimento quanto a elaboração e execução de planos de manejo e da necessidade de normatização no âmbito do MDA e do Incra. Informou, ainda, que um grupo de engenheiros florestais, de todas as superintendências da Amazônia, está trabalhando a normatização do manejo florestal dentro de assentamentos.

Fani Mamede (Contag) considerou que o fato da coordenação geral do plano caber apenas ao MMA e ao MDA, conforme o artigo 4º do decreto, não implica em qualquer impedimento para a participação de representantes da sociedade civil. Complementou sugerindo que seja elaborado um instrumento formal que possibilite a participação da sociedade civil no comitê gestor.

Cassio (MDA) parabenizou a todos pela construção do Decreto e que esse tema sempre esteve presente na agenda da Secretaria de Agricultura Familiar.

Jorge Yared (SBPC) questionou como que está sendo pensado a sequência na elaboração do programa e dos planos (anual e de manejo), para se ter uma ideia do cronograma.

Antônio Hummel (SFB) informou que não se sentia a vontade para antecipar a interpretação de alguns pontos do Decreto, que serão debatidos em conjunto com o MDA. Hummel assumiu o compromisso de levar os questionamentos para a reunião do dia 22 de julho e se prontificou a dar retorno sobre

cronogramas e outras demandas.

Leonardo Sobral (FBOMS) questionou se havia informes sobre o GT do PIB florestal, auditorias independentes, o Fundo de Desenvolvimento Florestal e a proposta de junção de CGFLOP com CONAFLOP.

Rubens Gomes ((FBOMS) solicitou informe sobre o processo de concessão em Rondônia.

Ricardo Melamed (MCT) solicitou informe sobre especificação de produtos.

Antônio Hummel (SFB) respondeu que sobre a questão da junção CONAFLOP e CGFLOP, o Ministério do Meio Ambiente está ainda no processo de reformulação interna. Com relação ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal, o processo foi para a Casa Civil que pediu algumas pequenas adequações quanto à redação. Quanto às auditorias independentes, a expectativa é reunir-se com o INMETRO no início de julho para tratar do tema. Sobre a concessão em Jamari, foram três empresas selecionadas, duas tiveram que fazer uma reformulação total do plano de manejo. Estes planos de manejo florestal não podem repetir o modelo dos planos de manejo que vinham sendo elaborados. Devem ser substancialmente melhores.

Thaís Juvenal (SFB) esclareceu que o GT do PIB Florestal foi instituído com representantes de todos os segmentos da CONAFLOP. Houve a primeira reunião no dia 10 de junho e dessa primeira reunião já foi definido um comitê gestor para o projeto, que será formado pelo Ministério do Meio Ambiente, na figura do Serviço Florestal Brasileiro e o IBGE. Deverá ser selado um acordo de cooperação técnica entre essas duas instituições para balizar institucionalmente o projeto. O Serviço Florestal Brasileiro estará apresentando ao Grupo de Trabalho o termo de referência para contratação do primeiro estudo que é a delimitação do setor florestal brasileiro e suas cadeias produtivas.

Antônio Hummel (SFB)) argumentou que sobre a articulação do PIB florestal e da estatística florestal como um todo, todos devem “abraçar” a causa, haja vista a escassez de estatísticas florestais no país.

Rubens Gomes (FBOMS) reconheceu a precariedade de dados florestais e a inconsistência dos poucos dados produzidos por instituições diferentes e considerou louvável a iniciativa de construir uma metodologia para o PIB Florestal.

Antônio Hummel (SFB) informou que há um Grupo de Trabalho conjunto com o IBAMA para tratar do portal da gestão florestal, previsto numa resolução CONAMA. Esse portal já se encontra operacional, contudo ainda há necessidade de melhorar a sistematização de dados e informações para disponibilização à sociedade.

Como nada mais foi dito, Hummel agradeceu a presença de todos e o fato da reunião ter sido bastante objetiva e proveitosa.

A reunião foi encerrada às 13:00h.